

# Alteração do Regime Jurídico do Licenciamento das

## Instalações de Eletricidade

Decreto-Lei n.º 96/2017. de 10 de agosto (electricidade)



## Enquadramento



O SIMPLEX foi lançado em 2006 como uma **estratégia de modernização administrativa** transversal ao Governo e serviços da administração pública central e local.

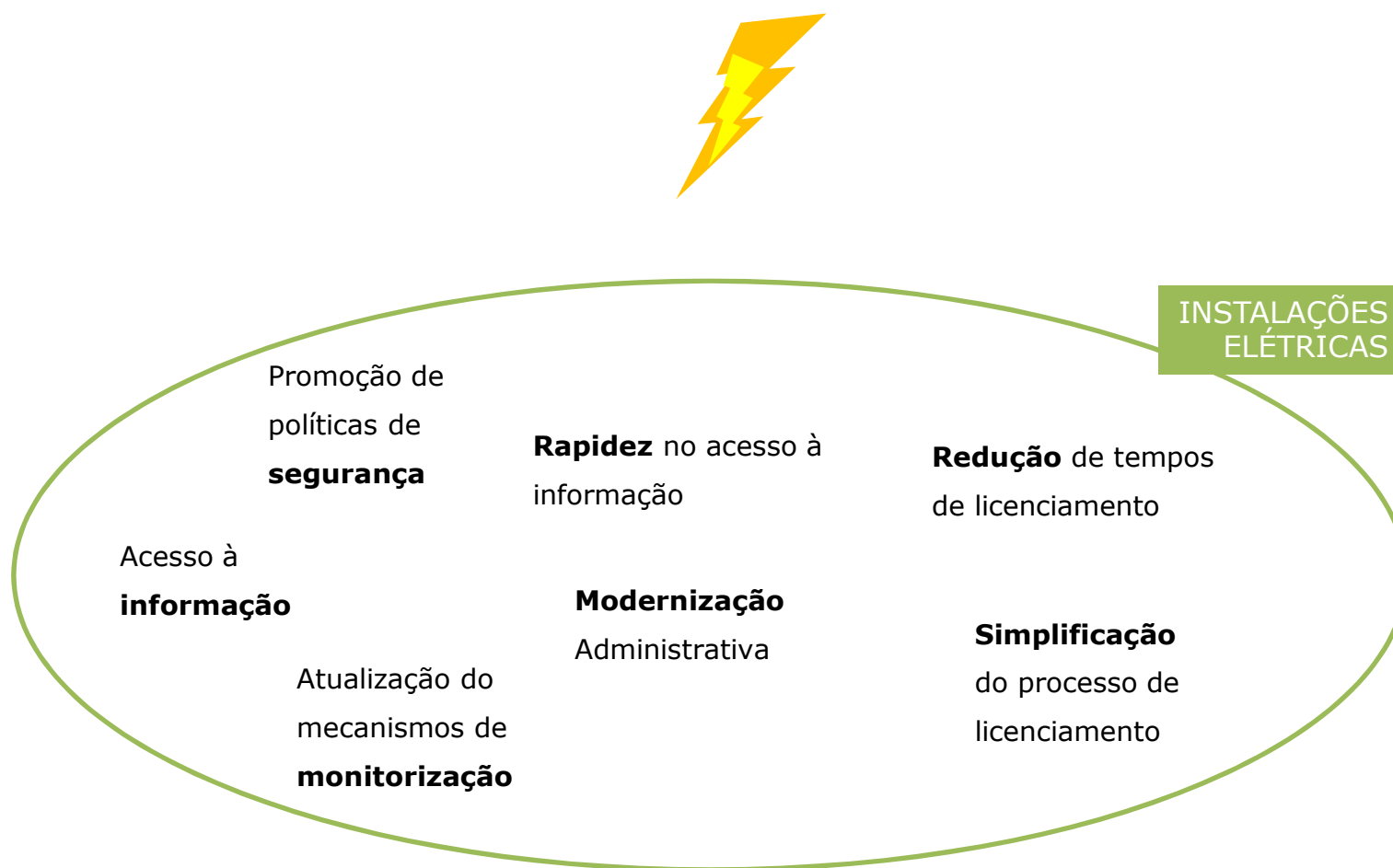
No âmbito da execução de medidas Simplex+2016 prevêem-se alterações legislativas que **conduzam à simplificação de procedimentos, à redução de custos e à modernização administrativa.**

Desta forma, foram revistos os regimes jurídicos que estabelecem as regras para as **instalações elétricas de serviço particular alimentadas pela rede elétrica de serviço público (RESP)** e o **regime das instalações de gases combustíveis em edifícios.**

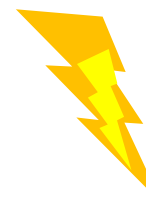
A revisão foi publicada pelo Decreto-Lei n.º 96/2017. de 10 de agosto (electricidade) e Decreto-Lei n.º 97/2017. de 10 de agosto (gás):

- a) Entrada em vigor dos diplomas a 1 de janeiro de 2018
- b) Entrada em vigor da operação da plataforma eletrónica, 12 meses após a publicação dos diplomas (agosto de 2017).

As alterações a estes diplomas pretendem garantir:



## *Que vantagens?*



### SIMPLIFICAÇÃO



Procedimentos



Custos

- Informação centralizada;
- Facilidade de acesso;
- Informação mais acessível ao cidadão;
- Garantir a segurança das instalações;
- Facilidade de comunicação entre entidades envolvidas.

*O que vai mudar?*

*Eletricidade*



## *O que vai mudar? - Eletricidade*



1. O projeto de **instalação elétrica deixa de ter aprovação obrigatória pela entidade licenciadora/certificadora**, bastando que esteja acompanhado do respetivo termo de responsabilidade do autor;
2. Implementa-se o mecanismo de inspeções periódicas para as instalações elétricas **não sujeitas a acompanhamento por técnico responsável** e expostas a maiores riscos;
3. Sempre que a instalação elétrica seja sujeita a uma intervenção de manutenção, atestada por declaração de conformidade ou termo de responsabilidade de uma Entidade Instaladora ou um técnico responsável pela execução ou exploração, **o prazo para a realização da próxima inspeção periódica conta-se a partir da data desta intervenção.**

## *O que vai mudar? - Eletricidade*



4. **Dispensa-se de inspeção inicial as instalações elétricas de tipo C com potência igual ou inferior a 10,35 kVA;**
5. **Generaliza-se a tramitação eletrónica dos procedimentos** que passarão a ser processados em plataforma eletrónica (atualmente em operação apenas para as IE do tipo C).
6. Sem prejuízo das competências das outras entidades, **a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), irá supervisionar e regular a qualidade de serviço** das atividades de projeto, de execução e de inspeção e exploração das instalações elétricas, com a seguinte finalidade:
  - a) O bom funcionamento dos mercados de serviços relativos a instalações elétricas;
  - b) A promoção da eficiência e condições concorrenciais transparentes;
  - c) A monitorização da formação dos preços e a informação destes, tendo em conta a defesa dos interesses dos clientes e dos consumidores.
  - d) Assegurar padrões mínimos de qualidade dos serviços prestados, na vertente comercial e técnica;

## *O que vai mudar? - Eletricidade*



**7. A DGEG irá criar, manter e gerir uma plataforma eletrónica**, assegura o controlo da aplicação da disciplina do acesso e exercício das atividades de projeto, de execução e de inspeção das instalações elétricas e procede ao seu acompanhamento.

Nessa plataforma será feito o registo obrigatório das instalações elétricas, contendo:

- a) Os projetos das instalações elétricas
- b) As termos de responsabilidade emitidos por técnicos responsáveis;
- c) As relatórios de vistoria emitidos pelas entidades inspetoras.
- d) Certificados de exploração



## *O que vai mudar? - Eletricidade*



### **8. A DGEG irá ainda:**

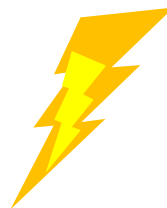
- a) Promover a harmonização dos procedimentos técnicos das entidades inspetoras;
- b) Criar e manter um centro de atendimento telefónico e digital para apoio e informação aos profissionais e ao público;
- c) Elaborar e divulgar procedimentos e formulários, assegurando a sua harmonização e respeito pelas normas legais e regulamentares;
- d) Promover verificações técnicas, relativamente às atividades e entidades que supervisiona, quando tal se mostre necessário;
- e) Contribuir para a promoção de ações de divulgação e sensibilização para a realização de manutenções junto de proprietários e entidades exploradoras
- f) Proceder ao estudo e à elaboração de códigos de boas práticas, especificações e procedimentos técnicos nas áreas onde atua

## *O que vai mudar? - Eletricidade*



9. Como consequência da aprovação deste novo regime das instalações elétricas, **a DGEG irá elaborar as seguintes propostas regulamentares:**

- a) Metodologias e os procedimentos de realização de inspeções periódicas;
- a) As regras técnicas a que devem obedecer as melhorias em termos de segurança a que serão obrigadas as instalações estabelecidas com base em regulamentos de segurança anteriores às RTIEBT



Questões frequentemente colocadas

# Q&A: Eletricidade



**4. Parte do acompanhamento das instalações de eletricidade e gás e relação entre entidades intervenientes nos processos passará a realizar-se em plataforma disponibilizada pela DGEG. Essa plataforma já existe? O que acontece se não estiver disponível a 1 de janeiro de 2018?**

A plataforma eletrónica a disponibilizar será desenvolvida até 12 meses após a entrada em vigor dos regimes aprovados. Nessa plataforma disponibilizar-se-á, por exemplo, os certificados de exploração das instalações elétricas, bem como se disponibilizará as comunicações entre ORD e comercializadores de energia elétrica.

Entretanto, para os consumidores, o regime permite que se liguem as instalações elétricas após o controlo das instalações, através de vistorias ou inspeções, e a demonstração da existência de um contrato de fornecimento de energia, junto do ORD.

# Q&A: Eletricidade



**6. Com as novas alterações o projeto de execução instalações elétricas deixa de ser aprovado por entidade licenciadora (DGEG)/certificadora (CERTIEL), a partir de 1 janeiro 2018. Com esta mudança não se diminui da qualidade das instalações?**

Com a eliminação da etapa de aprovação de projeto agiliza-se o processo de licenciamento das instalações elétricas diminuindo-se os tempos e os custos associados ao mesmo.

Há semelhança do que já acontecia, o projeto de instalações elétricas deve ser realizado por técnico responsável projetista qualificado para o efeito. Nessa medida, o termo de responsabilidade subscrito pelo projetista atestando a conformidade do projeto com as normas regulamentares e técnicas aplicáveis do projetista será condição bastante, por exemplo para a emissão da licença municipal de obras. Deste modo, transferem-se os mecanismos de controlo da aprovação de projeto para a responsabilidade civil do técnico responsável pelo projeto.

# Q&A: Eletricidade



## 7. Para os efeitos de ligação à rede elétrica, o que devo fazer a partir de 1 janeiro 2018?

**No caso das instalações do tipo B** (ligadas em média tensão), deve ser contactada a DGEG, no sentido de proceder à vistoria da instalação, devendo para o efeito apresentar um projeto simplificado (projeto sucinto representativo do projeto de execução), por forma a verificar a conformidade do projeto com a instalação elétrica executada e as disposições regulamentares aplicáveis para garantir a segurança de pessoas, animais e bens. Decorrente desse ato, e caso não haja inconformidades, é emitido pela DGEG o respetivo certificado de exploração.

**No caso das instalações do tipo C** (as ligadas em baixa tensão), deve o proprietário, ou o técnico responsável pela execução, contactar diretamente uma entidade inspetora, contratualizando o ato inspetivo. Durante o ato inspetivo será verificada a conformidade do projeto com a instalação elétrica executada e as disposições regulamentares aplicáveis para garantir a segurança de pessoas, animais e bens. Decorrente desse ato, e caso não haja inconformidades, é emitido pela entidade inspetora uma declaração de inspeção.

**Para as instalações do tipo C**, com uma potência igual ou inferior 10,35 kVA, deixará de existir a necessidade de proceder a inspeção inicial, bastando a apresentação do respetivo termo de responsabilidade pela instalação emitido pelo técnico responsável pela execução ou por uma entidade instaladora.

A ligação à rede será realizada após a demonstração junto do ORD da existência de um certificado de exploração, ou uma declaração de inspeção ou um termo de responsabilidade, consoantes os casos aplicáveis, e da contratualização do fornecimento de energia com uma entidade comercializadora de energia.

# Q&A: Eletricidade



## (ELECTRICIDADE)

### **8. Enquanto consumidor industrial, estou sujeito a inspeções periódicas?**

Em regra, as instalações ligadas em média tensão carecem de técnico responsável, pelo que estão dispensadas de inspeções periódicas, uma vez que estas instalações são acompanhadas por um técnico responsável pela exploração.

As inspeções periódicas são apenas aplicáveis às instalações elétricas de baixa tensão (tipo C) que não carecem de técnico responsável e que estão sujeitas a maiores riscos elétricos, nomeadamente de explosão, balneários, instalações agropecuária, etc. Nesses casos a periodicidade das inspeções, é de 5 anos, exceto nos casos em que a instalação elétrica seja sujeita a uma intervenção de manutenção, atestada por declaração de conformidade ou termo de responsabilidade de uma EI ou um técnico responsável pela execução ou exploração, casos em que o prazo para a realização da próxima inspeção periódica conta-se a partir da data desta intervenção.

# Q&A: Eletricidade



## **8. Enquanto consumidor industrial, estou sujeito a inspeções periódicas?**

Em regra, as instalações ligadas em média tensão carecem de técnico responsável, pelo que estão dispensadas de inspeções periódicas, uma vez que estas instalações são acompanhadas por um técnico responsável pela exploração.

As inspeções periódicas são apenas aplicáveis às instalações elétricas de baixa tensão (tipo C) que não carecem de técnico responsável e que estão sujeitas a maiores riscos elétricos, nomeadamente de explosão, balneários, instalações agropecuária, etc. Nesses casos a periodicidade das inspeções, é de 5 anos, exceto nos casos em que a instalação elétrica seja sujeita a uma intervenção de manutenção, atestada por declaração de conformidade ou termo de responsabilidade de uma EI ou um técnico responsável pela execução ou exploração, casos em que o prazo para a realização da próxima inspeção periódica conta-se a partir da data desta intervenção.